

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização:

Neuza M. F. Guareschi | Carolina dos Reis | Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização

Neuza M. F. Guareschi
Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção de conhecimento [livro eletrônico] :
profanações do método na pesquisa / organização
Neuza M. F. Guareschi , Carolina dos Reis ,
Oriana H. Hadler. -- 1. ed. -- Florianópolis,
SC : ABRAPSO Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88473-04-7

1. Conhecimento 2. Informação 3. Metodologia 4.
Pesquisa científica 5. Psicologia I. Guareschi, Neuza
M. F. II. Reis, Carolina dos. III. Hadler, Oriana H.

20-52329

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Arte da capa: Laura Schaefer. Escada, 2015.

Diagramação: Martina Hotzel

7

Indisciplinas e caminhos sururu na pesquisa urbana

Wanderson Vilton Nunes

Neuza Guareschi

Simone Hüning

“Vida de sururu” (Graciliano Ramos, *Angústia*)

O pesquisador, ao longo de sua pesquisa, ocupa-se da construção de percursos que demarcam suas questões investigativas. O delineamento metodológico nas ciências humanas e sociais distingue uma série de questões éticas e procedimentais que proporciona a compreensão de formas de aproximação de um determinado campo, objeto e problemas formulados a partir dessa atividade, bem como explicita aspectos de uma criação necessária para lidar com seus objetivos e campo problemático, pertinentes a um arsenal teórico, epistemológico e político que possibilita esse percurso. Neste capítulo, problematizaremos a feitura de um olhar sururu para as cidades no contexto da pesquisa em territórios vulnerabilizados, marcados ora por uma acontecimentalização que o poder propicia às vidas e às histórias infames, ora por certa indisciplina andarilha que determina infortúnios e catástrofes ali onde vemos uma cadeia de acontecimentos.

Partimos da compreensão de uma cidade no plural, associada aos territórios onde está circunscrita, cortados pelos limites e fronteiras

urbanas que inscrevem investimentos e desinvestimentos públicos relacionados à construção de vulnerabilidades e garantias de direitos. Nesse contexto, referimo-nos às cidades que habitam um mesmo perímetro urbano pretensamente unificado e que, no entanto, delimitam formas de vida distintas, assim como diferentes modelos de gestão pública, marcados tanto por uma discursividade que marginaliza vidas e territórios, quanto por práticas efetivas de repressão, muitas vezes relativizadas por uma lógica de garantia de direitos para sua unificação impassível. Estamos nos referindo às diversas cidades compreendidas em meio a um único município, como comunidades e favelas, lugares de passagem, ruas e logradouros que abrigam determinadas formas de existência inferiorizadas pelos discursos e práticas da segurança pública e por uma série de discursividades e narrativas urbanas.

A partir desse lugar, retomamos a pluralidade do ambiente urbano e produzimos alguns percursos de pesquisa, nos quais nos deteremos neste capítulo. Buscamos retomar alguns elementos da indisciplina e da constituição de um olhar sururu como ponto de partida e de direcionamento para pesquisa em ambiente urbano. Destacamos aspectos da construção de conhecimento compreendidos tanto em uma postura ético-epistemológica, quanto em uma localidade e regionalidade na elaboração de uma problematização demarcada pelo território e por determinados marcadores que situam os saberes e as práticas nesses espaços urbanos.

Dispensamos as generalizações para retomar a seriedade dos eventos narrativos e da confecção de aproximações de sujeitos que nos posicionam no cenário da construção de conhecimento mediante a produção de singularidades, incapazes de serem simplesmente remetidas a uma lei universal ou a uma regra eventual. A partir disso, ressaltamos a produção científica relacionada a uma indisciplina de caráter específico por transpassar e constituir a pesquisa com humanos em territórios vulnerabilizados. Neste texto, faremos o seguinte caminho analítico para compor e alcançar os objetivos que propomos: 1) descrição de aspectos e elementos que nos auxiliam na tarefa de

delimitar o que chamamos de vida e de olhar sururu na pesquisa urbana; 2) delimitação da indisciplina como recurso performativo na psicologia social; 3) apresentação das contribuições de Walter Benjamin e Michel Foucault para pensar aspectos de uma pesquisa andarilha e de um olhar sururu para as cidades; e 4) apontamento de percursos ético-metodológicos nos modos de constituir narrativas de pesquisa nas cidades.

Uma vida e uma pesquisa sururu

No capítulo inicial de *Angústia*, que Graciliano Ramos começou a escrever em 1933 e publicou em 1936, quando esteve preso em Maceió e Recife sob a alegação de que era comunista, o autor alagoano usa a expressão *vida de sururu*. Uma vida marcada pelo medo, pelas ausências e sombras da cidade Maceió. A história se passa na capital alagoana, onde ele descreve, logo ao acordar, a angústia que permeia sua vida no ambiente urbano e relata seus deslocamentos pela cidade, que o põe em contato com sua existência sururu, uma existência comumente comparada com a dos animais – neste caso, com a do sururu, um molusco que vive na lama das águas doces de lagoas e lagunas do estado. Frequente nos romances do autor, a comparação da vida retirante, das vidas no sertão e agora no litoral, com a dos animais traz certa materialidade para pensarmos a produção de vulnerabilidade.

A personagem principal do livro, Luís da Silva, tem uma vida cheia de dificuldades: após o falecimento de seu pai, viveu de favores de casa em casa, tornou-se de retirante a mendigo, mas, em um dado momento, conseguiu ingressar no funcionalismo público, o que é seguido por um endividamento excessivo da personagem (RAMOS, 2012). Esse contexto de uma angústia sem tréguas na vida da personagem principal do livro também está relacionado ao ambiente político e social da época, relativo à Era Vargas e a uma realidade social e política de opressão.

Esses elementos literários ganham importância para pensarmos nossas questões, a forma com que tratamos, em nossa pesquisa, do contexto de comunidades nas orlas lagunares de Maceió que vivem da pesca e da catação de sururus para produção de sua subsistência. O sururu é atualmente tombado como bem imaterial do estado e tem importância na vida econômica e gastronômica local.

Cabe também abrir espaço para uma dissonância constitutiva da expressão *sururu*, significativa para operarmos nossa discussão metodológica: em alguns estados, especialmente no Rio de Janeiro, o termo *sururu* é utilizado para demarcar um caos, uma bagunça, algo capaz de desestabilizar o dado, o *status quo*, de desequilibrar e dismantelar o instituído. Temos, portanto, um deslocamento do *sururu* como molusco, relativo a uma vida somente sofrida e angustiada, para uma vida que desequilibra, desestabiliza e dismantela, em seu caos, o estabelecido. É a esse uso ambíguo e paradoxal da expressão que gostaríamos de atentar ao longo deste texto: uma forma de vida que é capaz de dismantelar o instituído e que requer outra política de pesquisa para ser analisada, ao mesmo tempo em que agencia uma série de investimentos relacionada às garantias de direitos, devido à incidência de condições que tornam vulnerável essa forma de vida.

Mas qual o risco que o instituído nos apresenta? Por que estaríamos interessados nesse enfrentamento e dismantelamento? Os processos urbanos, responsáveis pelo progresso das cidades, comumente elegem determinados territórios e populações como alvo de uma gestão urbana de dizimação e apagamento, deixando para trás ruínas e cacos de memórias inconciliáveis em nome do desenvolvimento (HÜNING, 2014; REIS, 2017; HARVEY, 2014; RHEINGANTZ, P., ROSA, P.; SZAPIRO, A. M., 2016). Desse modo, as máquinas do desenvolvimento urbano, além de produzirem historicamente a vulnerabilidade de territórios e populações, produzem destroços das materialidades existenciais (moradias, trabalhos, histórias de vida, culturas, memórias e espaços de lazer, entre outras) formadas durante décadas em determinados espaços pauperizados pelo poder público,

que passam a ganhar importância nos processos de gentrificação da cidade devido a aspectos ambientais e de embelezamento da cidade, sendo, por isso, expulsos e removidos desses territórios (COIMBRA, 2001).

Essas formas de vida são construídas por uma indesejabilidade relacionada à sua existência nas cidades, não somente por uma questão social e política, como também econômica, com vistas a transformar a cidade em um negócio que atraia investidores e promova o consumo e a formação de outras formas de vida desejáveis (HARVEY, 2014). Essa questão não está relacionada simplesmente com uma compreensão sobre modos de existência, mas refere-se a vidas de uma determinada territorialidade, possíveis somente nesse contexto, às quais faltam proteção e investimentos no tocante a um sistema de garantias. Sua existências nem sempre terminam em remoções forçadas, porém, são assistidas e governada continuamente por práticas de promoção de direitos humanos.

Ao que já apresentamos, estamos nos situando em uma esfera da produção de conhecimento em psicologia social sublinhada pela concepção de um conhecimento que constrói a realidade, e não simplesmente a representa. Isso nos leva a compreender a prática de pesquisa científica a partir de uma racionalidade que retoma a desnaturalização e a problematização como elementos constitutivos de um modo de conhecer e construir a realidade mediante a produção de conhecimento (HOOK, HÜNING, 2009).

Sabemos que as pesquisas, dentro das diferentes áreas da ciência, assinalam o percurso da construção do conhecimento que vem sendo produzido. Contudo, e especialmente na área das ciências sociais e humanas, nem sempre os/as pesquisadores/as têm consciência de todos os aspectos que envolvem esse percurso. Um dos mais importantes aspectos desse caminhar é sem dúvida o do método de pesquisa. Além de o método representar as questões teóricas e metodológicas que norteiam o pensamento do pesquisador/a, ele evidencia também de que forma as preocupações

sociais são expostas no estudo e qual perspectiva política, frente à ciência e à sociedade, é adotada por quem desenvolve a pesquisa. (GUARESCHI, 2008, p. 87-88).

Portanto, ao delimitarmos aspectos da constituição teórico-metodológica de nossos objetos de estudo, estamos também apresentando e conformando uma miragem política diante da ciência e da sociedade, sem a qual se torna impossível produzir conhecimento, mesmo na ocasião da afirmação de uma neutralidade metodológica de algumas vertentes teóricas da psicologia social. Nesse sentido, diferentemente de recorrermos à metodologia como maneira de construir a neutralidade do pesquisador frente a seu objeto de estudo, remetemos a ela como forma de desestabilizar, descrever e construir singularidades em uma pesquisa. É com isso que apresentamos aspectos da constituição de um olhar sururu na pesquisa em territórios vulnerabilizados pela ação do progresso urbano.

Em Alagoas, principalmente na capital, Maceió, os processos urbanos são transversalizados por, no mínimo, duas questões importantes: 1) o processo de turistificação; 2) os processos de gestão da exclusão e da violência direcionados às comunidades periféricas, pobres e negras (SILVA, 2018; HÜNING, 2014). Essas questões estão diretamente relacionadas com a maneira que Maceió tem sido organizada, urbanizada e governada nas últimas décadas. Incidem sobre os modos de subjetivação e de governo, constituindo modos de narrar e viver a vida em determinados territórios, banhados pelo mar ou pela orla lagunar, características marcantes da geografia da cidade, em torno das quais se situam algumas das comunidades tidas como vulneráveis.

Atualmente, a orla lagunar de Maceió tem sido regulada por lei estadual como lugar de preservação ambiental que deve ser resguardado e protegido; no entanto, alguns entraves têm sido frequentes nos modos de gestão do perímetro habitacional lagunar. Os entraves dizem respeito ao tamanho da orla lagunar que percorre diversos municípios

do estado de Alagoas e à ausência de saneamento básico e tratamento de esgoto, que comumente é despejado na lagoa Mundaú. Mesmo o Ministério Público Federal – que tem se empenhado em minimizar os danos ambientais provenientes do lançamento de esgotos *in natura* e em recuperar o meio ambiente afetado por esses despejos – tem encontrado dificuldades para a revitalização desses espaços urbanos, dentre tantas razões, pela forma multifatorial das questões ambientais complexas enfrentadas. Empresas públicas, como a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além de diversos municípios – que, por ausência de tratamento de seu esgoto, o jogam diretamente na lagoa e no rio Mundaú, favorecendo sua degradação e causando problemas de saúde para a população que vive no seu entorno –, têm sido responsabilizados pela devastação ambiental desse ecossistema. Além disso, essas questões dizem respeito a determinadas formas de ocupar-se de questões públicas e políticas que estariam atreladas à lógica de uma natureza inesgotável, independentemente dos usos que dela são feitos.

Chegamos à questão da lagoa Mundaú por sabermos que nessa região vivem centenas de famílias com jovens, crianças, adultos e idosos. Esse perímetro lagunar ocupa também parte das investidas do governo do estado e do município de Maceió com projetos de revitalização e leis de proteção ambiental. Ao chegarmos a esses ambientes urbanos, presenciamos uma heterogenia que marca suas vidas, uma diversidade de elementos que constituem seus modos de existência: moradias feitas de diversos materiais, espaços de lazer e de trabalho, lugares para o cuidado de animais e uma variedade de espaços que vão sendo ocupados ao longo dos meses por famílias que chegam à cidade buscando melhores condições de vida. Essa composição indica-nos a produção de vida e sobrevivência, bem como a necessidade de intervenções que visem a estabelecer melhores condições para aquelas vidas e que respeitem a territorialidade estabelecida e constantemente em construção.

Marcará de forma irresoluta o que propomos como um *olhar sururu* a própria narrativa do pesquisador ou pesquisadora a partir desses territórios – sua capacidade de produzir condições narrativas que incluem cacos de memórias, experiências que chegam aos pedaços, muitas vezes carregadas de afetos e afetações. Essa fragmentariedade narrativa e discursiva ganha composição nas formas como o pesquisador se aproxima desses espaços urbanos.

Os grandes eventos urbanos são, então, deslocados, a ponto de tornar possível visualizar as pequenas histórias com a mesma intensidade. Tanto quanto a vida nesses territórios, esse olhar constitui-se em ambivalência que se inscreve concomitantemente no sigilo e na composição de narrativas, em como narrar sem delatar, como construir uma pesquisa em ambientes vulnerabilizados, a partir da construção de condições para dizer e escrever sem utilizar recursos clássicos de pesquisa, tais como, entrevistas, questionários, gravações, anotações ou qualquer outro registro que demonstre não somente uma habilidade do pesquisador com métodos, técnicas e instrumentos, mas também uma neutralidade, tão cara para algumas modalidades de pesquisa.

Diante disso, optamos pela composição de uma pesquisa que rememorasse e que construísse, a partir das narrativas, condições de registro de dados e informações, histórias e fragmentos que, em um primeiro momento, pareciam vagos e imprecisos, para compor e seguir práticas urbanas relacionadas à produção de vulnerabilidade, considerando as relações entre memória e urbanização. Tão logo chegamos às comunidades, pudemos vislumbrar aspectos de uma oralidade que compunha marcas e rastros em suas histórias; portanto, era essa a memória que constituía os processos de urbanização e suas vulnerabilidades.

Aos poucos, o pesquisador, com seu corpo, sua história, seus silêncios e barulhos, compunha algo diferente de uma neutralidade, pois lhe restava justamente sua presença naqueles territórios como elemento para registro de histórias e composição de narrativas. A experiência não somente restrita ao olhar, mas também ao falar,

ao sentir, ao tornar-se presente naqueles territórios, possibilitava a produção de conhecimento. Isso que chamamos de *olhar sururu* diz respeito não somente a uma perspectiva ou ao ato de observar, mas também ao andar, seguir, participar e sentir da vida e das práticas ali desenvolvidas.

Na composição de uma pesquisa sururu, estamos nos colocando em uma postura que relaciona a atenção aos fragmentos, que nos chegam carregados de inutilidades, e a habilidade em construir narrativas a partir de fragmentos relativas à produção de certas condições, no nosso caso, processos relacionados com a vulnerabilização de territórios e modos de vida. Inspirados nos métodos etnográficos e cartográficos, percebemos que essa produção de narrativas interfere, mediante uma lógica criativa dimensionada por alguns recursos de linguagem, nas formas como pensamos e produzimos determinadas condições e processos nesses territórios. O aspecto problematizador encontra-se atrelado à memória e à narrativa possível nesses espaços territoriais. De certo modo, há uma relativização e abandono da verdade simplesmente factual, da mesma forma, há o destaque e a análise dos efeitos de verdade que a circulação dos discursos assumem na construção de determinados problemas e objetos de estudo, de poder e de governo; por isso, pensamos a verdade que circula nos discursos como sendo sustentada em “sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p.14). Portanto, tratamos de pensar os territórios vulneráveis como lugar e espaço de produção de verdades e conhecimento nas cidades, a partir dos quais é possível problematizar as verdades dadas e hegemônicas que circundam o ambiente urbano.

Dito isso, é necessário pensarmos sobre outro aspecto da pesquisa sururu: a indisciplina. O impasse da pesquisa científica nesses territórios ocorre de modo a pensarmos formas de construção de uma singularidade que produza coletividade, não isolamento. Uma experiência que permita cooperação, mas também deslocamento de práticas e construção de outras condições de possibilidades

para as vidas. Uma política de pesquisa que, ao ocupar-se das singularidades, o faça desenhando constelações e arquipélagos, coletividades e condições de atuação política. A indisciplina torna-se fundamental para a composição metodológica.

Indisciplina na pesquisa urbana em psicologia social

Situados na psicologia social brasileira, podemos admitir que a indisciplina é pertinente à produção de conhecimento que compomos. A interface entre pressupostos filosóficos e científicos, a articulação entre diferentes áreas de saber, como sociologia, psicologia e antropologia, marcam nosso campo de conhecimento. Da mesma maneira, essa pluralidade faz-nos caminhar e produzir saberes que articulam diversos métodos de pesquisa. Assim também, no nosso caso, a indisciplina relativa a essa construção acaba por retomar aproximações com saberes populares, deslocando-nos dos saberes científicos e instituídos para o terreno inseguro dos contrassaberes costumeiramente negligenciados e deslegitimados pelo instituído.

A indisciplina, compreendida como ruptura na ordem disciplinar, possui um potencial de movimentação e criação que promove desestabilização das assimetrias, da ordenação, dos esquadrihamentos e hierarquias que perpetuam a mesmidade no campo psi. Agregar indisciplina como condição de invenção é conceber o conhecimento como processo de construção, abertura para a diversidade, para o desconhecido e para os saberes não oficiais. Esta consideração implica primeiramente a recusa de um valor-neutro entre ciência e cultura, numa produção dialógica de realidades, sujeitos e conhecimentos. (HÜNING, GUARESCHI, 2008, p. 53).

A articulação entre diversos saberes retoma e caracteriza a indisciplina aqui mencionada. Uma indisciplina que, além de produzir objetos de pesquisa e pesquisadores, produz também sujeitos

e subjetivações. Por essa via, operamos com conceitos e, ainda, com modos de subjetivação. Admitimos o aspecto político intrínseco à produção de conhecimento, conforme aponta Mol (2008), para quem realidade e política estão interligadas: não sendo imutável, a realidade é construída infinitamente pelas narrativas de que dispomos. Nesses termos, a indisciplina imprime condições de construção e intervenção na realidade por meio da formulação de outras condições de possibilidades para as vidas.

Por essa via, a literatura e as artes efetivam uma função importante, pois viabilizam a confecção de afetos e afecções com os quais podemos construir políticas de pesquisa, retomando o texto científico como produtor de dados e também de intervenção na realidade mediante condições para o planejamento, a assertividade de práticas e outras relações de poder com o que queremos conhecer e governar. O aspecto performático que o texto assume na perspectiva de conhecimento que apresentamos refaz a composição entre estilo narrativo, fragmentariedade, subjetivação e produção de conhecimento.

A pesquisa associa-se aos modos como constrói discursivamente visibilidades relativas à processualidade inerente a certa produção de conhecimento e por meio deles ganha existência. Isso implica levar a sério as narrativas e os fragmentos que nos chegam, na medida em que possibilitam construir uma desnaturalização das verdades cristalizadas.

Para a escrita em uma pesquisa que retoma processos e fragmentos de territórios vulneráveis, apresentaremos alguns pressupostos diretamente relacionados às contribuições de Michel Foucault e Walter Benjamin. Tais contribuições referem-se, respectivamente, a aspectos da vida infame, pensada a partir das relações de poder, e à constituição de visibilidades específicas, considerando-se a concepção de imagem dialética e o uso de narrativas.

Vida infame e visibilidades específicas: contribuições metodológicas

Foucault (2006) escreveu um dos textos mais belos de sua obra em forma de fragmentos e, a partir deles, o prólogo de um livro. Em *A vida dos homens infames*, propõe uma ontologia de existências sobre vidas sem fama, que chegam ao nosso conhecimento a partir de fragmentos e brevidades narrativas registradas pelo poder, por meio de questionários, entrevistas e inquéritos nas sociedades disciplinares. Vidas que ganham visibilidade pelo choque com o poder, a partir de desvarios e insubordinações, e que, também por isso, são carregadas da mescla de ficção e realidade, constituindo o que o autor chama de lendas, povoadas pelo imaginário daqueles que registram e leem suas breves narrativas, as quais, se não fosse desse modo, não chegaríamos a conhecer.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. (FOUCAULT, 2006, p. 2010).

Nesse texto, em que o autor se ocupa de restos e brevidades de uma vida infame, aparecem alguns aspectos metodológicos que nos interessam. Primeiramente, a atenção às miudezas das histórias que nos chegam e, principalmente, ao lugar de poder que ocupamos ao construirmos registros dessas vidas por meio de narrativas. Como aponta o autor em outros textos dos seus *Ditos e Escritos*, a narrativa constitui-se como procedimento e, mais do que produzir ficção e fábulas, constrói, pelo exterior, condições de existência e de criação de realidades (FOUCAULT, 2009a). Nesse ponto, a narrativa produz seu próprio campo de exterioridade, com o qual é possível

construir condições de possibilidades e de alternativa para trabalhar sobre esses restos e fragmentos.

Eleger a narrativa como procedimento de pesquisa possibilita outros pontos de ancoragem para a construção de conhecimento. Esses pontos referem-se a uma exterioridade discursiva que tensiona a realidade, ao mesmo tempo que a torna inteligível em determinadas condições.

Esse elemento constitutivo das pesquisas com *vidas sururu* – infâmia e potência – remete-nos a outros dois textos do autor: *Por trás da Fábula* e, principalmente, *O pensamento do exterior*, ambos de 1966. Neles, Foucault (2009b) aborda algumas questões que nos interessam ao pensarmos as narrativas construídas em uma pesquisa como procedimento: a nossa relação com o que tornamos invisível e com o que deixamos e mantemos do lado de fora. Portanto, o invisível e o fora ocupam importância nesses procedimentos de pesquisa indisciplinados que flertam com a ficção.

Para o autor, a ficção que interessa não é a que produz uma visibilidade sobre o que é invisível, mas a que torna possível perceber o quão invisível é a invisibilidade do visível (FOUCAULT, 2009b). Aqui, a narrativa que tornamos possível em nossa pesquisa em territórios vulneráveis refere-se ao que, mesmo tendo sido deixado fora, não para de murmurar. Assim, não nos referimos às narrativas enquanto uma interioridade, mas à leveza do inimaginável e ao próprio vazio que as circundam: os encontros, a proximidade com o mais distante e a dissimulação do lugar onde nos encontramos (FOUCAULT, 2009b). Desse modo, não nos ocupamos com:

Nenhuma reflexão, mas esquecimento; nenhuma contradição, mas a contestação que apaga; nenhuma reconciliação, mas o repiçamento; nenhum espírito na conquista laboriosa de sua unidade, mas a erosão infinita do exterior; nenhuma verdade se iluminando, enfim, mas o jorro e a miséria de uma linguagem que desde sempre já começou. Não uma palavra, quase um murmúrio, quase um frêmito, menos que o silêncio, menos que o abismo do va-

zio; a plenitude do vazio, alguma coisa que não se pode fazer calar, ocupando todo o espaço, o ininterrupto, o incessante, um frêmito e já um murmúrio, não um murmúrio, mas uma fala, e não uma fala qualquer, mas distinta, exata, ao meu alcance. (FOUCAULT, 2009b, p. 225).

Como afirma Foucault (2009b), ao tratar das escritas de Blanchot, ocupamo-nos de lugares sem lugar (distopias), corredores e espaços proibidos, no entanto, escancarados a céu aberto, proporcionando-nos encontros por vezes insuportáveis em que as vozes não chegam e os gritos são abafados, em que à noite ressoam: “como fala do exterior, acolhendo em suas palavras o exterior ao qual ele se dirige, esse discurso terá abertura de um comentário: repetição daquilo que fora não cessou de murmurar” (FOUCAULT, 2009b, p. 226).

Certamente, nas narrativas que fazemos, circulam discursos de determinados lugares, nada inéditos, nem propriedade da ficção, nem da reflexão, do dito ou do ainda não dito, mas de um lugar que não pertence a ninguém – discursos sem dono, sem um sujeito ou uma interioridade para a qual os remeteremos (FOUCAULT, 2009b). Como teimam em reivindicar os movimentos LGBTQI+, tratamos do berro. Uma voz que ressoa de fora, que não silencia – berra, ou ainda... murmura. Diferentemente de remeter a uma interioridade, expressa uma exterioridade incapaz de ser acessada como um todo, sempre apresentada em incompletude e fragmentos; encontramos-nos no aberto em que também nos vemos exteriores, no espaço sem intimidade, sem proteção ou moderação (FOUCAULT, 2009b).

É a partir dessa composição discursiva que tratamos de uma materialidade narrativa em nossas pesquisas. Essa materialidade faz com que as narrativas remetam à produção de visibilidades específicas, em consonância com o que Walter Benjamin (2009) nos propõe quando trata de fragmentos, cacos de memória e destroços do progresso urbano.

Para Walter Benjamin, conforme Muricy (2009, p. 249) coloca, há a compreensão da escrita como lugar de luta, superfície agônica, onde: “o crítico é o “estrategista na batalha da literatura”; a verdade

só é capturada pela escrita ‘bruscamente, como um golpe, [...]’”. Com isso, a escrita ajunta-se à política como forma de inventar a realidade, forjando-a pelo exercício do pensamento, o que parece inscrever o texto em certa crueza do pensamento, o imediato do pensamento capturado pela escrita. Algo poético: um pensamento que pensa poeticamente, afirma Arendt (2008), uma escrita a toque de luta, de sangue e de esperança.

Assinalar à escrita e à linguagem esse lugar de invenção da realidade é, também, evitar uma objetividade que tem a pretensão de representar o mundo criando um precipício entre a natureza e o humano. Em outros termos, ao efetivar o que chama de imagem dialética, Walter Benjamin (2009) retoma a força e a potência do pensamento por meio da imagem em movimento na invenção da atualidade: ao fazê-lo, parece restituir ao homem (ser do pensamento) a atividade de reinventar a história, não como representação em uma linha temporal, mas como imagem e pensamento que permitem reparar o passado no presente.

Para o autor, a imagem dialética oferece não uma representação da realidade nem uma versão dela, mas uma alegoria, uma composição de fragmentos em constelação, ou seja, apresenta-nos visibilidades específicas: fatos da vida cotidiana, aparentemente insignificantes, que seriam negligenciados por um historiador tradicional. Nesse sentido, apresenta uma síntese autêntica, na qual o que se paralisa e se mantém caracterizado são os antagonísticos, os conflitos. Trata-se de usar a narrativa para produzir imagens – não oposições ou dicotomias, mas sínteses que cortam e articulam pensamento e imagem, fazendo-os aderir um ao outro. A imagem dialética, então, no espaço da ação política, é *um texto que mostra*. Assim, a alegoria benjaminiana mostrada pela imagem dialética oferece um ponto de vista crítico, apresentando-nos uma perda, uma incompletude do pensamento pela dinâmica presença-ausência que os fragmentos tornam visíveis.

Esses elementos que constituem a escrita como lugar de guerrilha e de produção de cooperação e de conhecimento produzem outra relação com as formas de pensar e fazer pesquisa. A materialidade das vidas nas ruas e territórios considerados vulneráveis, as imagens que constituem e o modo como podemos articulá-las na escrita, refazendo caminhos que permitem potência e criação, são aspectos da construção poética. Esses aspectos são elementos de vida e de luta que, de tão cotidianos, carecem de escrita – e escrita que rasga, inscreve, corta e sangra (HADLER, 2017).

Portanto, estamos no terreno onde o aspecto simplesmente interpretativo é deixado de lado: as narrativas mostram. Elas apresentam facetas de uma construção de processos históricos no presente das práticas sociais e políticas. Bastam-se em si mesmas, não restando espaços para explicações ou pontos analíticos simples, mas para uma linguagem que só pode ser apreendida fora do campo narrativo em que se insere, no caso, fora do campo científico. Nesse caso, as narrativas desses territórios ocupam um ponto crítico, não neutro, em que o pesquisador produz visibilidades específicas com as quais constrói inteligibilidades e conhecimento. Tratamos de relatos que se destacam da função diário de campo por construírem condições de intervenção e de conhecimento, tanto quanto de elaboração de uma crítica: relatos de um campo sempre crítico, não ingênuo, que se ocupa da elaboração de formas de vida e resistência. Estamos na condição de pensar a pesquisa como política e, por isso, não como uma simples representação da realidade, elabora o mundo que tenta apreender.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, pudemos retomar alguns aspectos metodológicos relacionados à construção de metodologias em territórios vulnerabilizados pela ação da máquina do progresso urbano. No contexto dessas pesquisas, retomamos o encontro com o outro e o lugar

da produção de narrativas desses espaços urbanos como inalienáveis na construção de conhecimento.

Os afetos e um posicionamento crítico frente às vidas que conhecemos nesses espaços urbanos são fundamentais no delineamento de percursos e caminhos de pesquisa. Tanto quanto apontar e construir dados sobre uma realidade, interessa-nos compô-la, inscrevendo ranhuras e dobras onde costumeiramente inferimos análises a partir de uma neutralidade narrativa automatizada pela aplicação de métodos e procedimentos metodológicos que pressuporiam uma assimetria e distanciamento do campo de pesquisa. Ao entrarmos nos campos de pesquisa, criamos experiências que transformam e marcam tanto o pesquisador quanto os outros sujeitos que colaboram com o estudo. Essas existências e todos os elementos que elas convocam, inscrevem um campo de afetações e experiências que atravessam o corpo provocando toda uma inteligibilidade sobre os acontecimentos, marcando a produção de conhecimento por outra racionalidade, antes inexistente. A essas mudanças, cabe estarmos atentos, pois com elas é possível deslocar procedimentos, problemas de pesquisa e objetivos de um estudo.

Portanto, é pelo corpo que anda e que circula nos espaços urbanos que passa a inteligibilidade de um estudo. A pretensa neutralidade das ciências exatas torna-se difícil de manter e transmutar nos estudos com outros humanos, o que nos inscreve em uma arena ética e política na construção de conhecimento. Por essa via, retomamos o lugar do pesquisador como aquele que, ao expor aspectos de sua experiência nos territórios, produz condições para outra racionalidade que interfere nos modos de alocar e produzir políticas públicas, intervenções e conhecimento.

O caminho que fizemos refere-se a quatro questões que elencam a produção de narrativas como procedimento de pesquisa: 1) um giro interpretativo no qual o simplismo do olhar para as vidas nesses territórios é deslocado para uma complexidade que as toma como infames e potência: uma vida sururu; 2) a compreensão de que esses territórios

produzem verdades e conhecimentos sobre os processos urbanos que os produzem e que geram gestão de suas vidas; 3) a indisciplina como operador de nossas pesquisas em psicologia social, incluindo a literatura e as artes para elaboração de outros episódios narrativos; 4) a suficiência dessas narrativas em sua função de mostrar, ocupando-se em processualidades de práticas do presente que as tornam possíveis em determinado contexto histórico, deslocando a ênfase interpretativa para a atividade de complexificação dos objetos e problemas de estudo, bem como para um campo de produção de afecção.

Essas questões possibilitam outras condições analíticas, a partir das quais o texto e o campo possuem uma inteligibilidade e uma racionalidade que desestabilizam o que compreendemos como norma, normal e desejável, construindo outras possibilidades e condições de intervenção, distintas das pesquisas censitárias e estatísticas. A confecção de experiência, a partir de encontros com um outro e de um pensamento do exterior, propõe outros elementos metodológicos, que dispõem o corpo e sua racionalidade de uma distinta forma no mundo. Tratamos de um conhecimento que ocorre por meio de uma corporeidade inscrita pela presença do pesquisador, tanto quanto por seus colaboradores e o que podem narrar. Portanto, o *olhar sururu* que mencionamos está relacionado a um andar, circular, sentir e posicionar-se em um percurso de pesquisa.

Referências

- ARENDDT, H. Walter Benjamin (1892-1940). In: ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 165-196.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2009.
- COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 29 reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, v. 4. 2 ed. p. 203-222. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.
- FOUCAULT, M. Por trás da fábula. In: FOUCAULT, M. *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos e Escritos, v. 3. 2 ed. p. 210-218. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009a.
- FOUCAULT, M. O pensamento do exterior. In: FOUCAULT, M. *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos e Escritos, v. 3, 2 ed., p. 219-242. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009b.
- GUARESCHI, N. M. Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos. In: RIVERO, N.E.E., (Org). *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 86-95. ISBN: 978-85-9966-286-1. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 06, ago 2019.
- HADLER, O. H. *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre Psicologia e Segurança*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. CAMARGO, J. C. (trad.). São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins. 2014.

HOOK, D.; HÜNING, S. M. Genealogia, contra-saberes e psicologia. In: GUARESCHI, N. M.; HÜNING, S. (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.

HÜNING, S. Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.19, n. 3, p. 491-501. 2014.

HÜNING, S.; GUARESCHI, N. M. A indisciplina como estratégia de invenção nas pesquisas e intervenções psi. In: BONAMIGO, I. S.; TONDIN, C. F.; BRUXEL, K. (org.). *As práticas da psicologia social com os movimentos de resistência e criação*. Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2008.

MOL, A. Políticas ontológicas. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.) *Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento. 2007 (no prelo). Disponível em: <http://dare.uva.nl/document/174542>. Acesso em: 14 out. 2012.

MURICY, K. *Alegorias da dialética: imagem e pensamentos em Walter Benjamin*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau. 2009.

RAMOS, G. *Angústia: posfácio de Silvano Santiago*. 67 ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

REIS, C. dos. *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida humana*. 2017. Tese (Doutorado(Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RHEINGANTZ, P. A.; ROSA, P.; SZAPIRO, A. M. (org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina. 2016.

SILVA, W. V. N. da. *Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.